

Poder Executivo

Temas Estratégicos

I. Pobreza, Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho

Resultado de políticas sociais inclusivas e do ambiente econômico relativamente favorável dos últimos anos, a Bahia obteve consideráveis avanços na redução da pobreza e da pobreza extrema. Segundo cálculos da SEI com base na PNAD (2013), de 2007 a 2013, a população baiana em situação de pobreza (renda per capita mensal de até R\$ 168,00) reduziu 32% e o contingente em situação de extrema pobreza (renda mensal até R\$ 84,00) reduziu 50%, significando que 2,5 milhões de baianos, ou 17% da população total, registraram melhoria na qualidade de vida. Esse resultado apoiou-se em diversas ações que priorizaram a transferência de renda através de programas sociais, a elevação de renda gerada nos postos de trabalho, o investimento em projetos de infraestrutura e construção civil, o fortalecimento de empreendimentos privados de pequeno e médio portes.

Mesmo com estes significativos avanços, persiste o desafio da inclusão, pois uma parcela significativa da população ainda continua a viver em situação de pobreza e extrema pobreza.

Dessa forma, a promoção do empreendedorismo, do desenvolvimento e sustentabilidade de empreendimentos econômicos informais de pequeno porte, individuais, de base familiar, solidária e popular, abrem a alternativa de emancipação econômica e melhoria das condições sociais desfavoráveis.

O PPA Participativo 2016-2019 traz iniciativas que buscam alcançar as realidades tanto do meio rural quanto do meio urbano. Dá continuidade a ações estabelecidas no ciclo anterior, e avança nos desafios estruturais de combate à pobreza e promoção da inclusão produtiva.

No meio rural, com foco na agricultura familiar, as principais ações previstas buscam fortalecer os empreendimentos populares e solidários, a exemplo da estruturação física de unidades de processamento e beneficiamento de produtos agrícolas e da atividade aquícola e pesqueira, formação e desenvolvimento de redes de distribuição e comercialização da produção da agricultura familiar.

No meio urbano, onde é mais intensa a concentração populacional, e também de pessoas em situação de vulnerabilidade social, o alcance das políticas públicas será potencializado por diversas iniciativas, a exemplo das UNIS – Unidades de Inclusão Socioprodutiva – e dos Centros Públicos de Economia Solidária. Com unidades instaladas e distribuídas em diversas cidades, estes centros têm por propósito constituir-se em espaço de apoio a empreendimentos formais e informais da economia popular e solidária, e também para qualificação profissional de jovens e de trabalhadores, incluindo a intermediação profissional. Entre outras iniciativas, destacam-se a busca e identificação de atividades sensíveis a financiamentos, a promoção do microcrédito e implantação de um sistema com bancos comunitários, fundos rotativos e cooperativas de crédito, e a promoção e desenvolvimento do artesanato por meio da qualificação de artesãos e realização de eventos de comercialização.

No âmbito do mundo do trabalho, tendo em vista o cenário econômico para os próximos anos, é fundamental a continuidade de iniciativas que potencializem a intermediação de empregos e a qualificação de jovens e trabalhadores, inclusive com experiência e empregados. É com esse

propósito que novas unidades de serviço do SINEBAHIA estão programadas e continuados os programas Trilha e Qualifica Bahia. Seja no meio rural, seja no meio urbano, a política pública orienta-se pela redução das diversas formas de desigualdade (regionais, de gênero, de raça e etnia), assim como busca atender grupos sociais historicamente marginalizados, como assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, quilombolas e fundo e fecho de pasto.

Tendo por referência, as ações de reforço à cidadania e aos direitos humanos incluídos nessa temática, a superação da situação de pobreza mediante inclusão produtiva será mais eficaz, mais transversal e multidisciplinar, a exemplo dos programas de aquisição e distribuição de alimentos e de leite, que enseja outro ciclo, já que a aquisição de tais produtos, ao gerar renda a agricultores familiares, promove a inclusão socioeconômica, enquanto a distribuição de alimentos, ao promover a segurança alimentar de famílias integrantes do CadÚnico e beneficiárias do Programa Bolsa Família, também estimula o atendimento de condicionalidades de saúde (vacinação exames pré-natais) e educação (matrícula e frequência de filhos menores em escolas), que, em síntese, cumprem o papel de políticas de prevenção que melhoram a qualidade do investimento social. É com essa perspectiva multidimensional que atuam os programas vinculados ao tema *“Pobreza, Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho”*.

II. Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar

A Bahia é um estado que historicamente apresenta um quadro de baixo desenvolvimento do meio rural, principalmente no semiárido, que ocupa a maior parte do território baiano abrangendo 265 municípios, correspondendo a cerca de 70% do território estadual, e onde vivem cerca de 6,7 milhões de pessoas, aproximadamente 48% do total do estado. Nesse quadro, um setor que também apresenta um baixo processo de desenvolvimento é o da agricultura familiar.

A região semiárida, que embora represente mais de 2/3 da área do estado, não produz 1/3 da riqueza da Bahia, representando apenas 28% do PIB estadual. Já o PIB agrícola da região representa quase a metade de toda a riqueza agrícola (46%) produzida no Estado.

A região é constantemente afetada pelas secas. Além disso, as chuvas são concentradas em poucos meses do ano, o que acaba prejudicando as atividades agropecuárias. A necessidade de investimentos em infraestrutura fica evidente em épocas de escassez de chuvas, quando se instala a crise sobre a agropecuária, base econômica da maioria dos municípios.

Sob o ponto de vista social, a região apresenta elevada vulnerabilidade. De acordo com o Censo Demográfico 2010, divulgado pelo IBGE, o semiárido concentra 23,3% da população em situação de pobreza extrema, e taxa de analfabetismo de 22,2% frente à média estadual de 18,4% e 16,6% respectivamente. Por outro lado, o semiárido apresenta grande potencial para o desenvolvimento de geração energética (eólica, fotovoltaica e solar) e exploração de recursos minerais, atividades que abrem oportunidades para o desenvolvimento da região.

Dado esse cenário, um desafio que se coloca é o do crescimento do número de reservatórios hídricos e do volume de recursos para construção de grandes reservatórios. Há também uma pos-

sibilidade de, nos próximos anos, haver um maior desenvolvimento de tecnologias de convivência com o semiárido e de armazenamento de água para gerar maior dinamismo econômico e social.

O meio rural da Bahia é caracterizado por unidades produtivas de base familiar. Os estabelecimentos familiares representam 87% do total dos estabelecimentos agropecuários do estado e 15,2% do total de estabelecimentos familiares do país. Esse segmento é responsável por um volume expressivo de pessoal ocupado no setor agropecuário estadual (81%) e pela geração da grande maioria da produção de alimentos da cesta básica – mandioca (91%), feijão (83%), milho (44%) e leite (52%). Entretanto, caracteriza-se ainda por um baixo nível tecnológico, de qualificação, organização e de inserção no mercado, principalmente no semiárido. Conforme o Censo Agropecuário de 2006, 48,3% dos estabelecimentos da agricultura familiar possuía pouca integração com o mercado e apenas 27,7% eram muito integrados.

Os agricultores familiares manterão, assim, suas necessidades de maior acesso ao crédito, qualificação técnica e acesso aos canais de comercialização. Um aspecto positivo é que se espera para o setor a ampliação das rendas extra-agrícolas, da pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura familiar, associadas ao incremento da urbanização.

O maior impacto das fragilidades no meio rural se dá sobre os agricultores familiares, que possuem grande representatividade na produção agrícola baiana, chegando a 81% do pessoal ocupado no setor agropecuário estadual. Apesar desta relevância, são grandes os desafios enfrentados por este segmento, que se caracteriza por um baixo nível tecnológico, de qualificação, organização e de inserção no mercado, principalmente.

Para atender aos desafios deste tema, o Governo do Estado, por meio do Plano Plurianual Participativo 2016-2019, pretende promover a inclusão social e produtiva no meio rural, a partir de um conjunto de políticas que visa assegurar a emancipação dos pequenos produtores, particularmente da agricultura familiar.

Para tanto, o governo assume compromissos com a sociedade para transformar a realidade do meio rural e dos agricultores familiares, principalmente pelo desenvolvimento de tecnologias e inovações para cadeias produtivas estratégicas, com ênfase no Semiárido e promoção da universalização do acesso à energia elétrica em todo o meio rural e o acesso à água de uso múltiplo e sustentável, com qualidade e em quantidade suficiente, visando principalmente à universalização do abastecimento humano.

Outro compromisso de caráter estratégico é a democratização do acesso à terra por meio da promoção da regularização fundiária das áreas ocupadas, dando preferência aos agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais. Ressalte-se que os assentados devem dispor de toda a infraestrutura mínima para uma moradia digna, como acesso à água, saneamento, energia elétrica, meios de comunicação e transporte.

O governo também desenvolveu ações para fomentar a agroindustrialização, a comercialização, a gestão, a organização, o empreendedorismo, o cooperativismo da agricultura familiar e economia solidária, dos povos e comunidades tradicionais, assentados de reforma agrária, jovens

e mulheres, considerando as particularidades e potencialidades territoriais mediante estruturas colaborativas ou comunitárias.

Vai, também, implantar soluções hídricas emergenciais para viabilizar a convivência com a estiagem e reduzir o déficit hídrico através do aproveitamento de água subterrânea com elevado teor de sal para uso múltiplo e sustentável no âmbito do programa água doce.

III. Desenvolvimento Urbano e Rede de Cidades

A questão urbana, a partir da Constituição de 1988 e do Estatuto das Cidades, passou a ser considerada política pública, sendo esta de responsabilidade das três esferas de governo. A política estadual de desenvolvimento urbano tem vínculo com a melhoria da qualidade de vida nas cidades e para alcançar este objetivo busca a integração das políticas de desenvolvimento urbano, para implementar as ações de planejamento e de integração da gestão pública das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas do Estado.

Exemplo disso foi a implementação, de forma participativa, da *Política Estadual de Desenvolvimento Urbano*, respaldada pela criação de instrumentos legais, como o Concíudes, e das *Políticas de Habitação de Interesse Social* (PHIS) e de *Saneamento e Resíduos Sólidos*, que terão um papel significativo para a trajetória de construção de cidades mais sustentáveis. Em que pese esse fato, ainda se verifica um passivo a ser enfrentado, gerado pela crescente complexidade das demandas sociais, que requerem não apenas ampliação dos investimentos, mas, também, uma ação coordenada do governo estadual com os municípios e com o governo federal, principal responsável pelo desenvolvimento de políticas voltadas para a habitação, saneamento, segurança e mobilidade urbana.

A Bahia registra uma concentração de 70% da sua população nas áreas urbanas, o que ampliou os desafios para o atendimento à melhoria da qualidade de vida nas cidades e gerou restrições a um processo mais equilibrado do desenvolvimento social, econômico e ambiental dos espaços nas cidades e na rede urbana estadual. Exemplo disso são os grandes problemas ainda existentes nas áreas urbanas do estado com relação ao fornecimento de bens públicos e serviços básicos para a população, fruto da carência de políticas específicas no passado.

O aumento da oferta de serviços especializados, a exemplo dos financeiros, de saúde e da educação profissional e superior, cria especializações regionais desses mercados fora da RMS e uma maior inter-relação entre cidades pequenas e médias no estado, influenciando no estabelecimento de redes de cidades de pequeno e médio portes. Esse fortalecimento também está associado ao crescimento do movimento migratório interno (rural/urbano) que gera, por sua vez, aumento populacional e econômico, principalmente das sedes, dado o processo de urbanização dos municípios e as oportunidades para a população rural com a ampliação das atividades não agrícolas.

Essa rede de cidades pequenas e médias termina propiciando que as ações e os serviços governamentais, como a integração dos sistemas de logística, ampliação dos programas habitacionais para a população de baixa renda, saneamento, energia, comunicação e de recursos hídricos,

sejam dinamizados e melhor distribuídos com vistas ao crescimento e a reversão da alta concentração industrial na Região Metropolitana de Salvador e no Recôncavo.

Em suma, os grandes desafios a serem enfrentados, nos próximos anos, por um conjunto ordenado de políticas públicas, são:

- i. Déficit de moradias nos segmentos populacionais de maior vulnerabilidade.
- ii. Saturação da mobilidade urbana da Região Metropolitana de Salvador e das cidades médias baianas.
- iii. Baixa qualidade do sistema de transporte e da segurança no trânsito.
- iv. Deficiências na regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico.

Com vistas ao enfrentamento desses desafios, o Governo do Estado da Bahia está implementando a *Política de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia*, com a perspectiva de promover um desenvolvimento com qualidade das cidades. Além disso, assumiu uma série de compromissos com a sociedade por meio do Plano Plurianual Participativo 2016-2019. Entre esses, podemos destacar as ações para promover a mobilidade e acessibilidade por meio de implantação de infraestrutura e equipamentos necessários em áreas urbanas e rurais, valorizando o meio de transporte coletivo e não motorizado e a mobilidade urbana e interurbana, contemplando transporte sobre trilhos, infraestrutura e equipamentos necessários, visando à implantação do Sistema Estrutural de Transporte Público.

Na área da habitação e moradia de interesse social será implantado o *Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social* (SEHIS) e ações para fortalecer os municípios, visando a implementação dos Sistemas Municipais de Habitação de Interesse Social (SMHIS). O Governo também promoverá o acesso à moradia digna na área urbana e rural, visando a redução do déficit habitacional, priorizando os segmentos populacionais de maior vulnerabilidade, considerando especificidade e características locais. Serão também promovidas ações de regularização fundiária urbana nas áreas de habitação de interesse social.

Outras medidas de caráter estratégico é a implementação do Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador em suas dimensões urbano-ambiental, habitacional, social, cultural, turístico e econômico. E a ampliação da cobertura de esgotamento sanitário compreendendo coleta, tratamento e destinação adequada.

IV. Saúde e Assistência Social

Nos próximos anos a política de saúde pública e assistência social encontrará novos desafios impostos pelas mudanças da realidade baiana. Projeções demográficas apontam para um envelhecimento continuado da população e o gradativo aumento da participação dos indivíduos acima de 64 anos. Segundo estudos do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - CEDEPLAR/UFMG, em 2019 os baianos com idade igual ou superior a 64 anos representarão 8% do total da população e em 2030 representarão 11,3%.

Somado a essa realidade demográfica, a Bahia nos últimos dez anos registrou um acelerado processo de urbanização e de maior e melhor estruturação dos serviços públicos no meio rural. O avanço da urbanização, com a população residente em meio urbano correspondendo a 74% do total do estado (PNAD, 2013), do saneamento básico com 50% (PNAD, 2013) dos domicílios ligados à rede de água e esgoto, e a melhoria nas condições de renda foram acompanhados de um maior acesso a serviços de saúde e assistência.

Mas esses mesmos avanços revelam um cenário bastante desafiador. No que diz respeito a morbimortalidade, vale destacar a alta incidência de doenças crônicas e degenerativas (doenças do aparelho circulatório, neoplasias e doenças endócrinas nutricionais e metabólicas), correspondendo a 39,7% das mortes no estado. Também as altas taxas de agravos por causas externas e de problemas associados ao parto e ao puerpério, embora a mortalidade infantil esteja em decréscimo.

Dessa forma, a perspectiva é de incremento da demanda por serviços especializados em saúde ligados às questões geracionais e epidemiológicas. Num contexto de mudanças rápidas na dinâmica demográfica, as respostas à saúde da população devem também ser ágeis e dinâmicas, priorizando a prevenção e a atenção básica de forma integrada e integral. Por outro lado, a melhoria nos serviços regionalizados de saúde e o foco na atenção básica se refletem na queda da mortalidade infantil. Para os grupos sociais vulneráveis, configura-se a necessidade de atenção nas questões de saúde das pessoas negras, indígenas e outros grupos mais vulneráveis.

Doenças do aparelho respiratório, relacionadas ao aumento da urbanização (poluição) e ao tabagismo, assim como agravos por causas externas, sobretudo por acidentes de trânsito, efeitos adversos de drogas, mortalidade por homicídios e outras violências, têm destaque no total de óbitos do Estado, principalmente entre a população jovem, masculina e negra. De outro modo, o aumento da renda das famílias e a dinamização do varejo nas cidades, principalmente nas médias e pequenas, têm causado uma mudança no padrão nutricional, passando da subnutrição para a má nutrição.

Dessa forma, a realidade, apesar dos recentes avanços, é de um déficit na cobertura assistencial, na qualidade do sistema e serviços de saúde, e de políticas públicas efetivamente transversais, necessárias à promoção da saúde, bem-estar e proteção da sociedade.

Em face desses desafios e compreendendo que a ação do estado deve buscar soluções objetivas e que abranjam, de forma ampla e intersetorial, as questões de saúde, é que neste PPA estão propostas novas estruturas de atendimento em saúde, de diferentes especialidades e níveis de complexidade, e ampliando os serviços de atenção básica. As propostas de requalificação e ampliação das unidades de saúde são os principais exemplos desse esforço.

Buscou-se ainda uma desconcentração espacial e interiorização dos serviços, com novas unidades de hospitais regionais e a descentralização da gestão em saúde, e a maior integração das ações e serviços de saúde nas redes de atenção, integrando ainda mais os municípios e a rede estadual. Tal iniciativa implica ainda em maior qualidade e racionalização do uso de tecnologias nos serviços de saúde e a distribuição das especialidades, de forma a garantir a melhoria da gestão do

setor. A modernização do funcionamento dos serviços de assistência à saúde, sobretudo de média e alta complexidade, dada a velocidade das mudanças tecnológicas, também foi aportada, pela necessidade de avanço do sistema de regulação e a integração de informações na rede.

Tais objetivos ainda incorporam o olhar especial para as especificidades necessárias às políticas públicas de saúde para a sociedade baiana. Essa especificidade orienta que os programas e compromissos do PPA tenham como base a promoção da equidade e humanização no cuidado à saúde das populações historicamente excluídas, discriminadas e/ou estigmatizadas. Para isso, é necessário o apoio aos municípios em ações de cuidado à saúde desses grupos sociais, a implantação da Política Estadual de Saúde Integral da População Negra e a Implantação do Centro Estadual de Referência em Atenção às Pessoas com Doença Falciforme.

Como dito, o enfrentamento aos desafios da saúde exigirá ações intersetoriais e transversais, que articularão entre as áreas de saúde, educação, direitos humanos, saneamento básico e habitação social, de forma a garantir atenção integral acessível a todos os baianos.

V. Educação, Conhecimento, Cultura e Esporte

A Bahia é marcada por uma ampla diversidade social, econômica, cultural, ambiental e regional. Essa diversidade deve se refletir sobre a formulação e execução de políticas públicas focadas na melhoria e qualidade do ensino, na produção do conhecimento técnico-científico, no acesso, produção e divulgação dos bens culturais, e na preservação da cultura material e imaterial que compõe a identidade do povo baiano.

A elaboração do PPA 2016-2019 implica assumir compromissos com o esforço contínuo de eliminação de desigualdades históricas na Bahia, adotando uma nova postura e construindo formas de colaboração cada vez mais orgânicas entre os sistemas de ensino e outras áreas, como cultura, ciência e tecnologia, saúde, assistência social, desenvolvimento rural e urbano, por exemplo. Os compromissos, que dialogam com este tema estratégico, incorporam os princípios da garantia do direito à educação básica de qualidade; da redução das desigualdades e a valorização da diversidade; do respeito aos direitos humanos, à sustentabilidade socioambiental, à cultura, identidades e memória; do uso e difusão da ciência e da tecnologia; e da valorização dos profissionais que atuam na educação.

Nos aspectos relativos à Educação Básica, observamos a redução sensível do analfabetismo na faixa etária de 7 até 14 anos e na faixa etária de 15 anos ou mais (PNAD, 2013); nesta última faixa a Bahia foi o estado do Nordeste que mais reduziu a taxa de analfabetismo. Se comparado a 2007, quando o estado registrava uma taxa de 18,3% entre pessoas com 15 anos ou mais, a redução foi de 3,4 p.p. Entre os jovens de 15 a 24 anos, a pesquisa aponta que, neste período, a taxa de analfabetismo na Bahia caiu de 3,5%, em 2007, para 1,9% em 2013. Entre aqueles com 40 anos ou mais, a taxa caiu de 33,4%, em 2007, para 26,3% em 2013.

Na Bahia o índice de desenvolvimento da educação básica, desde 2007, tem alcançado ou superado as metas estabelecidas. Em 2013 a meta do IDEB era de 3,6 e o indicador apontou 3,9.

Porém a interpretação mais apurada do índice demonstra que a sua evolução ocorreu devido ao fluxo escolar e não ao desempenho nas avaliações, o que chama a atenção para questões referentes à melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem. Apresentando-se ainda como desafio a redução das taxas de evasão e repetência escolar, a distorção idade e série e o acesso e permanência dos jovens ao Ensino Médio.

Na Educação Profissional, a Bahia ampliou significativamente as matrículas nos últimos nove anos, saindo de 4.016 matrículas em 2006 e alcançando a marca de 64.087 matrículas em 2014, possibilitando a cobertura de 123 municípios no último período. Já no Ensino Superior, os últimos anos foram marcados pela expansão de vagas nas universidades públicas nos 27 Territórios de Identidade. São 279 *campi* de instituições de ensino superior entre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (20), Universidades Federais (44) e Universidades Estaduais (215), atendendo a uma demanda que vinha sendo coberta pela rede privada. Nesse âmbito, aparecem como grandes desafios a retração do índice de evasão e abandono, e a garantia do processo de inclusão social por meio das cotas e assistência estudantil, tais como a bolsa auxílio, auxílio moradia e auxílio alimentação.

Em educação, os compromissos assumidos fortalecem a intersetorialidade e a transversalidade, tendo como base as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE), central para a instituição do Sistema Nacional de Educação (SNE) e para efetivação do Programa Estadual Educar para Transformar. Com foco na melhoria da qualidade da educação, nos próximos anos tem-se como objetivo enfrentar as barreiras para (i) o acesso e a permanência no sistema educacional; (ii) superar as desigualdades educacionais em cada território do estado com foco nas especificidades de sua população, priorizando o semiárido e as pessoas mais vulneráveis; (iii) ampliar a formação para o trabalho, identificando as potencialidades das dinâmicas locais; e contribuir com o fortalecimento da cidadania.

Com o fortalecimento da gestão democrática e participativa através de parcerias com os municípios, e objetivando o avanço da qualidade do ensino, por meio da transferência de recursos financeiros do Fundeb, matrículas, disponibilização de prédios escolares, equipamentos e assistência técnica e pedagógica de professores para os municípios, busca-se superar outra questão desafiadora, que passa pela continuidade do fortalecimento da educação básica e culmina na interiorização da rede estadual de Ensino Médio.

Orientado pela preocupação de inclusão de grupos historicamente excluídos, a expansão e interiorização da educação profissional e superior ampliou o acesso e elevou o número médio de anos de estudo da população. Outro efeito da capilaridade das instituições de ensino, associada à articulação entre educação, cultura, ciência e tecnologia, está possibilitando a investigação científica (pesquisa básica e aplicada nos campos científicos e tecnológicos) e a produção de conhecimento e tecnologia que aumentam a qualificação do trabalhador baiano, e, também, sua empregabilidade e produtividade. Dado que as principais cidades das regiões com maior dinamismo econômico estão contempladas com Instituições de Ensino Superior – IES, tem-se aí as bases para a pretendida interiorização do crescimento e desenvolvimento econômico.

O contexto baiano na produção de pesquisa do ensino superior apresentou, nos últimos anos, grandes saltos quantitativos e qualitativos, tendo em vista que, segundo dados do CNPq, a Bahia mais que dobrou (crescimento de 131%) o número de pesquisadores e pesquisadores doutores. Quanto ao número de grupos de pesquisa, a Bahia cresceu em média 81,4% , porém ainda corresponde apenas a 5% dos grupos de pesquisas em atividade no Brasil.

Os compromissos neste PPA revelam um foco de atuação no desenvolvimento tecnológico no Estado por meio do fomento a pesquisas inovadoras, no fortalecimento do sistema estadual de CT&I, para uma melhor inter-relação das instituições baianas que atuam com a produção do conhecimento científico e sua sustentabilidade socioambiental. O fomento, promoção e difusão da produção científica e tecnológica também são objeto das ações e compromissos presentes neste PPA.

Nesse processo de transversalidade, destaca-se a cultura digital, que se apresenta como elemento potencializador do acesso e da acessibilidade, de diversos grupos a equipamentos tecnológicos, facilitando a produção de conhecimento científico e interlocução entre grupos com práticas e identidades diversas, relacionando a arte e cultura com as práticas sociais, políticas e econômicas. Nesse sentido, o PPA 2016-2019 buscará disponibilizar para a população o acesso gratuito ao maior número de conteúdos que permitam democratização da informação e conhecimento, com a ampliação e aprimoramento do alcance do sinal oferecido à população, através da modernização do sistema estadual de radiodifusão.

O PPA focou o fortalecimento das modalidades de financiamento cultural, abarcando desde as grandes produções até a cultura popular e alternativas, reconhecendo a diversidade artística e cultural presente nos Territórios de Identidade.

Preserva-se também, de forma estratégica, a atenção ao Patrimônio Histórico e Cultural do estado. Apontando para a responsabilização compartilhada dos entes federativos, e criando espaços de diálogo com setores privados e toda a sociedade, assim, no PPA, propõe-se a articulação de ações que possibilitem reconhecer, administrar, produzir conhecimento e manter viva a memória do legado patrimonial que possuem.

A transversalidade deste tema parte do entendimento de que o processo formativo dialoga com diferentes atores e ultrapassa os limites da educação escolarizada e institucionalizada, como é o caso da presença do esporte nesta temática. O esporte é um fenômeno sociocultural de múltiplos significados, importante elemento de formação da moral do indivíduo, agregando valores e perspectivas que extrapolam a sociabilização e o desenvolvimento físico, intelectual e psicomotor, a exemplo de sua importância para a inclusão social, como é o caso de diversas iniciativas que preveem a implementação de núcleos de iniciação esportiva, lazer, arte e cidadania, a oferta de espaços públicos adequados para a prática de esporte e realização de eventos esportivos, a capacitação de agentes comunitários de esporte e lazer, entre outras.

Também está contemplada neste PPA Participativo 2016-2019 a perspectiva do esporte em seu âmbito competitivo, a exemplo do fomento a competições, eventos e apoio a atletas e paratletas de alto rendimento. Nesse sentido, e com vistas à ocupação dos equipamentos que ficaram

de legado da Copa do Mundo (Arena Fonte Nova e o estádio de Pituaçu), e o mais recente Centro Panamericano de Judô, pensado para os Jogos Olímpicos de 2016, há o compromisso de fortalecer o sistema público de esporte e lazer através da articulação entre a sociedade e as diferentes esferas de governo, implantação de sistema integrado de gestão e a realização de conferências estaduais de esporte e lazer.

O tema *“Educação, Cultura, Conhecimento e Esporte”* revela que não há como pensar estas áreas de forma fragmentada. Assim, os diversos programas relacionados a este tema estratégico trazem em si a interface com outras dimensões, atentando para as especificidades de uma população diversa e plural espalhada em seus 27 Territórios de Identidade.

VI. Segurança Pública Cidadã

Nos últimos anos o Brasil e a Bahia vêm experimentando significativos avanços que estão se refletindo na melhoria das condições de vida da população em áreas como saúde, educação e geração de trabalho e renda. No entanto, há um desafio que continua exigindo muita atenção, inteligência, vigor e cuidado do poder público: a segurança pública.

Segundo dados da 8ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em todo o país foram 53.646 mortes violentas em 2013, incluindo vítimas de homicídios dolosos e ocorrências de latrocínios e lesões corporais seguidas de morte. Isso significa que a cada 10 minutos 1 pessoa é assassinada no Brasil. Na Bahia, segundo essa mesma publicação, colhendo resultados dos esforços empreendidos no Programa Pacto pela Vida, foi declinante a trajetória dos crimes violentos letais intencionais (que englobam homicídios, latrocínios e lesão corporal seguida de morte) cujo número de vítimas caiu de 6.185 em 2012 para 5.708 em 2013.

Em sintonia com os princípios do Governo Federal, o Pacto pela Vida trata a segurança com a complexidade que lhe é inerente, promovendo ações com a capilaridade necessária: da reclusão por pena à educação formal em tempo integral; da habitação de interesse social ao acolhimento provisório; da qualificação profissional ao acesso à saúde, justiça e cidadania; do policiamento ostensivo ao monitoramento remoto; da ronda disciplinar à premiação por desempenho. Enfim, no âmbito da segurança pública, diversas ações de caráter transversal estão propostas para este PPA.

Do ponto de vista do sistema penitenciário, além da construção de novas unidades prisionais para ampliar a quantidade de vagas do sistema, estão previstas a realização de reformas e recuperação das unidades já existentes. Tais iniciativas têm por referência os direitos fundamentais da pessoa humana, e se revelam na busca da humanização do sistema prisional.

Nesse sentido, os próprios projetos estaduais de habitação de interesse social, edificados em áreas críticas, incorporam tal preocupação ao prever em tais empreendimentos a presença de espaços e equipamentos de esporte, lazer e de socialização, além de escolas e postos de saúde. Em tais áreas, escolas de tempo integral também foram pensadas, pois a educação integral propicia formação de maior intensidade e amplitude, a prática de atividades esportivas, além do estabelecimento de vínculos sociais de maior perenidade.

Outra iniciativa que vai muito além da concepção de segurança, como caso de polícia, são os investimentos nos núcleos de formação em música orquestral e canto coral - o internacionalmente conhecido NEOJIBA - voltados a crianças, adolescentes e jovens de comunidades de áreas carentes. O propósito de tais núcleos é promover a integração social por meio da prática coletiva e de excelência da música. Assim, ao disseminar a percepção entre os jovens de que é possível um mundo diferente, o NEOJIBA dissemina a paz.

Ante o desafio representado pelo combate às drogas, que exige capacidade de mobilização para ações de repressão e enfrentamento direto a grupos armados, deve prevalecer a percepção de que as ações de prevenção devem prevalecer. Nesse sentido, além de articular trabalho de inteligência com policiamento ostensivo para coibir o tráfico, soma-se a adequação de escolas para educação em tempo integral e, também, oferta de qualificação profissional para pessoas residentes em áreas de Base Comunitária de Segurança.

Na mesma seara do combate às drogas, as atividades de prevenção ao uso e de amparo a pessoas usuárias de substâncias psicoativas, são desafios complicados para os quais se apresentam alternativas de relevo, como as Comunidades Terapêuticas e os projetos Corra Pro Abraço e Ponto de Cidadania. Seja ofertando acolhimento, cuidado e capacitação para reinserção profissional, como é o caso das Comunidades, seja prevenindo o consumo e a redução de danos, como é o caso do Corra e do Ponto, que prestam atendimento aos usuários na rua e em seus pontos de concentração, tais iniciativas cumprem papel fundamental ao viabilizar um mínimo de amparo e cidadania.

No âmbito da atividade policial, estão previstas iniciativas que garantam uma segurança pública cidadã, a exemplo do desenvolvimento de protocolos de atendimento a pessoas vítimas de violência sexual e a grupos vulneráveis, como crianças, adolescentes, idosos, mulheres, a comunidade LGBTT, além de cursos de formação de policiais abordando as temáticas étnico-racionais e de povos e comunidades tradicionais.

Para lograr êxito na convergência cidadã do sistema de segurança, serão necessários tanto o aperfeiçoamento de mecanismos de controle, prevenção e repressão dos desvios de conduta e atos ilícitos, quanto promover a formação, a capacitação e a valorização dos servidores do sistema, inclusive com ações de redução da vitimização de policiais e outras de estímulo pecuniário, através de prêmios por operação e desempenho funcional.

Também está contemplado neste PPA a ampliação do emprego de tecnologias de informação, comunicação e de identificação criminal e, junto, o número de unidades de segurança pública integradas com o Sistema Integrado de Gestão da Informação Policial (SIGIP). Objetiva-se com essa iniciativa um melhoramento na capacidade de coleta e processamento de dados com vistas a propiciar ganhos nas atividades de prevenção, repressão e elucidação de crimes, principalmente os crimes violentos letais intencionais.

Por fim, como elo de ligação entre as vertentes de ação social e policial, está o fortalecimento da infraestrutura física e o funcionamento do sistema de segurança pública, contemplando uma série de iniciativas, a exemplo da expansão do número de unidades da rede física do sistema, como

a construção do Centro Integrado de Gestão de Emergências, construção e melhoramento de unidades Ordinárias e Especializadas destinadas à Polícia Civil, Militar, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Técnica, devendo contemplar, inevitavelmente, o aparelhamento dos órgãos com equipamentos e insumos.

VII. Consolidação e Diversificação da Matriz Produtiva Estadual

O setor agropecuário possui papel de destaque na atividade econômica estadual, registrando crescimento médio no período de 2003 a 2013 de 4% ao ano, alcançando em 2013 uma participação de 6,5% no PIB estadual. Considerando o complexo do agronegócio, estudo da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE, 2013), revela que no período de 2003 a 2011 houve um crescimento real do agronegócio baiano na ordem de 44,8%, apresentando tendência à elevação da participação do PIB do agronegócio no PIB estadual, que passa de 24,4% para 24,8% no mesmo período. Salienta-se nesse contexto o segmento da agricultura empresarial, caracterizado pelo desenvolvimento de uma agricultura voltada para exportação. No ano de 2013, o setor exportou, aproximadamente, quatro bilhões de reais em *commodities* agrícolas.

A agricultura baiana também é marcada fortemente por unidades produtivas de base familiar, que representam 87% do total dos estabelecimentos agropecuários do estado e por um volume expressivo de pessoal ocupado no setor agropecuário estadual (81%) e pela produção de alimentos da cesta básica – mandioca (91%), feijão (83%), milho (44%) e leite (52%). Entretanto, caracteriza-se ainda por um baixo nível tecnológico, de qualificação, organização e de inserção no mercado, principalmente na região semiárida.

Nas últimas décadas o estado apresentou uma redefinição da sua matriz agrícola, expressa, de um lado, pelo surgimento e expansão de novas lavouras, e do outro, pela crise e estagnação das culturas tradicionais, a exemplo da perda significativa da cacaicultura, cuja participação no Valor Bruto da Produção (VBP) da agricultura baiana caiu de 36,2% para 5,9% entre 1985 e 2000, mantendo-se em torno de 6,4% em 2012. A mamona, outra cultura tradicional, segue a mesma tendência, ao registrar uma taxa negativa anual de 2,43% entre 1980-2003. Em contraposição à queda e estagnação, observa-se a expansão de novas culturas, a exemplo dos grãos na região do Oeste Baiano, em especial a soja, cuja participação no VBP estadual se eleva de 3,3%, em 1985, para 10,7% em 2000, atingindo 21,2% em 2012. Destaca-se também a emergência e consolidação do setor frutícola, particularmente na região de Juazeiro, com as culturas de manga, uva e melão, que em 1985 não tinham nenhuma relevância na pauta agrícola estadual, mas colocaram a Bahia, em 2010, em segundo lugar na produção e exportação de frutas frescas no país.

Embora o setor tenha apresentado crescimento e diversificação da sua matriz produtiva, esta expansão resultou em uma forte concentração espacial e econômica, haja vista que cerca de 10 municípios abarcam mais de 40% do Valor Bruto da Agropecuária do estado. Por outro lado, parte expressiva dos recursos gerados pela agricultura dinâmica é drenada para fora do estado,

uma vez que a rede de transporte rodoviário da Bahia favoreceu os ramais que ligam os grandes centros urbanos do Sudeste aos do Nordeste, deixando amplas zonas rurais carentes de vias vicinais e a região oeste da Bahia praticamente isolada da capital do estado.

Cenário diferente se observa na indústria baiana de transformação, que continua apresentando alta concentração setorial, além de se apresentar localizada em poucos municípios, o que tem conduzido a perda de sua representatividade tanto em termos de agregação de valor ao PIB da Bahia como na dinâmica de crescimento do Estado. Apenas como referência dessa perda de participação, observa-se que em 2005 o setor representava aproximadamente 16,9%, em 2012 representou apenas 8,8% de participação, e em 2013, ainda que com uma pequena melhora, esse quadro praticamente não se alterou, registrando apenas 9,1% de participação da indústria no PIB.

As razões estão relacionadas ao perfil de produção extremamente concentrado nos gêneros químico e petroquímico, aproximadamente 50% do valor da transformação industrial (VTI) em 2013. Os gêneros alimentícios, automobilístico e papel e celulose respondem por outros 35% nesse mesmo período.

Ao longo dos últimos anos (notadamente entre 2012 e 2014), alguns setores apresentaram uma inflexão na atividade, a exemplo da indústria automobilística, que há dois anos consecutivos apresenta dificuldades nas exportações e elevado acúmulo de estoques, e a indústria de refino de petróleo, que apresenta um quadro de alerta em função da instabilidade do preço do barril de petróleo. Em 2012 e 2013, por exemplo, a indústria de refino do petróleo gerou valor agregado negativo em função da elevação do preço do petróleo.

Outro aspecto é a concentração da atividade industrial na Região Metropolitana de Salvador e no Recôncavo, graças à implantação do Centro Industrial de Aratu, do Polo Petroquímico de Camaçari e, posteriormente, o Complexo Ford. Dados do PIB mais recentes (IBGE para 2012) demonstram a manutenção dessa realidade. As duas regiões juntas respondem por 52,4% do Valor Adicionado Bruto (VAB) industrial do estado. A região Oeste responde, por sua vez, por aproximadamente 2,8% do VAB industrial, apesar de abranger 25 municípios e ocupar 29% do território baiano.

Outro setor importante da matriz produtiva estadual é o da cultura. As atividades culturais envolvem processos de produção, circulação e consumo de produtos, sendo, portanto, fontes geradoras de emprego e renda, de atração de investimento e de captação de divisas. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), elaborada pelo IBGE, o segmento de economia criativa no Estado da Bahia é responsável por 171 mil ocupações, ou 2,6% do total de ocupações. O rendimento médio dos ocupados com economia criativa chega a R\$ 1.553, valor considerado significativo. Porém, a economia criativa ainda carece de estudos que possam embasar e identificar mais oportunidades de empreendimentos criativos no estado. Outro obstáculo para o desenvolvimento da economia criativa é a formação e capacitação profissional.

A Bahia tem se destacado como um estado representativo no que se refere à atividade cultural/criativa brasileira. O estado possui uma significativa produção nas áreas de música, teatro, audiovisual, dança, artesanato e publicidade. De acordo com o Anuário de Estatísticas Culturais, os estados da Bahia e de Pernambuco são aqueles que apresentam mais salas de cinema na região

Nordeste, apesar de apresentarem elevados graus de concentração em suas capitais: cerca de 70% das 71 salas existentes na Bahia encontram-se na capital. Quanto à oferta de teatro, a Bahia se encontra na 7^ª colocação no cenário nacional, concentrando na capital 63,33% do total estadual.

Merece destaque o segmento da indústria turística na Bahia, devido a sua participação econômica na cadeia produtiva e as condições favoráveis que possui o estado para alimentar a atividade, o eixo da qualidade exigirá a melhoria dos serviços prestados aos seus usuários, tanto na qualificação profissional e empresarial em turismo nas zonas turísticas como nas tecnologias apropriadas para qualificação dos destinos turísticos.

Quanto ao setor de serviços, os processos de internacionalização da economia e os avanços tecnológicos ampliaram a complexidade das áreas urbanas que polarizam os fluxos de pessoas e produtos. No Estado da Bahia, a concentração das demandas e ofertas desses serviços está historicamente concentrada na Região Metropolitana de Salvador e nas médias cidades, com destaque para Feira de Santana, considerada polo estadual, Sudoeste Baiano, Barreiras, Ilhéus e Itabuna como polos regionais.

A construção civil, por sua vez, registrou um significativo crescimento até 2012, mas encontra gargalos que poderão influenciar negativamente este crescimento, como a escassez de mão de obra qualificada e elevados custos de produção, restrição da oferta de crédito e redução da renda, embora ainda haja um elevado déficit habitacional no estado, que poderia influenciar positivamente o crescimento do setor. Do mesmo modo, a construção civil pesada também tem sido impulsionada pela grande demanda de projetos de logística.

Em suma, o estado vivenciou nas últimas décadas um processo de modernização do setor produtivo, mas concentrado em determinados segmentos industriais e culturas agrícolas. Algumas cadeias e arranjos produtivos têm se destacado mais nos últimos anos, e apresentam boas perspectivas para o futuro, a exemplo da mineração, dos serviços especializados, do comércio, da economia criativa e do turismo, assim como novas atividades industriais e agropecuárias. Entretanto, para que estas novas atividades consigam consolidar-se, e para que as atividades tradicionais não se retraiam, é preciso que fragilidades sejam superadas, destacando-se a deficiência na infraestrutura produtiva, na integração das cadeias produtivas, baixa qualificação da mão de obra, dificuldades de financiamento, baixa inserção comercial, precários processos de inovação e de certificação.

A crescente demanda mundial por alimentos e agrocombustíveis, as dificuldades de reposição de estoques mundiais de cereais e o intenso processo de urbanização criaram condições favoráveis aos países que têm potencial de produção e tecnologia disponível, como o Brasil. Se inclui nessa concorrência de participação para ofertar os seus produtos o Estado da Bahia, vislumbrando a oportunidade de crescimento para as cadeias produtivas do agronegócio.

Com vistas ao enfrentamento desses desafios, o Governo do Estado da Bahia está assumindo, por meio do Plano Plurianual Participativo 2016-2019, compromissos para garantir uma matriz produtiva mais eficiente e competitiva. Do ponto de vista da Ciência, Tecnologia e de Inovação (CT&I), irá promover, por exemplo, o desenvolvimento de tecnologias e inovações para cadeias

produtivas estratégicas, com ênfase no Semiárido e fortalecer o sistema estadual de inovação para o aumento da competitividade e o desenvolvimento da economia. No campo do suporte a infraestrutura produtiva promoverá a melhoria dos acessos rodoviário, aerooviário e aquaviário para o desenvolvimento da matriz produtiva do estado, expandirá o mercado de gás natural com ênfase na interiorização, massificação e diversificação dos segmentos industriais, automotivo, comercial e residencial e ampliar o acesso à banda larga para a sociedade.

Outras medidas significativas serão as de fomentar a agregação de valor aos produtos das principais cadeias produtivas do agronegócio baiano, com vistas a ampliar sua inserção nos mercados nacional e internacional e fomentar a agroindustrialização, a comercialização, a gestão, a organização, o empreendedorismo, o cooperativismo da agricultura familiar e economia solidária, dos povos e comunidades tradicionais, assentados de reforma agrária, jovens e mulheres, considerando as particularidades e potencialidades territoriais, mediante estruturas colaborativas ou comunitárias.

VIII. Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável

A infraestrutura é fundamental para dar suporte ao desenvolvimento. Sem uma infraestrutura eficiente e moderna torna-se difícil manter uma base produtiva competitiva, uma integração regional, nacional e internacional e maior qualidade de vida para a população. A infraestrutura baiana de logística de transportes está caracterizada pela concentração no modal rodoviário, com pouca integração com outros modais, o que eleva os custos e torna os produtos menos competitivos. A essa situação, soma-se uma insuficiente capacidade de atendimento dos portos frente a uma demanda crescente, o que tem levado a Bahia a perder fluxos de cargas que acabam saindo por portos localizados em outros estados.

Por sua vez, a matriz energética estadual ainda é muito concentrada em fontes não renováveis, como petróleo e gás, que requerem atenção especial do governo, pois o petróleo vem apresentando declínio da produção na Bahia em função dos campos serem majoritariamente maduros, o que tem levado o estado a perder investimentos privados e empregos. Com relação ao gás natural, apesar do declínio do campo de Manati, haverá uma expansão da oferta na Bahia, graças ao aumento da produção nos campos de Camamú-Almada e nas bacias de Jequitinhonha. Somese a isso a entrada em operação do Terminal de Regaseificação da Baía de Todos os Santos, o que permitirá maior oferta ao setor produtivo, comercial e residencial.

Em que pese a predominância das fontes fósseis na matriz energética estadual, existe um grande potencial a ser explorado no estado para a geração a partir de fontes renováveis, como a eólica, solar e biomassa, pois a Bahia possui ventos unidireccionais e constantes, considerados os melhores do mundo para a geração de energia, uma taxa de irradiação solar de oito horas considerada muito favorável e um potencial de biomassa ainda pouco explorado, seja de resíduos da agropecuária, resíduos sólidos dos aterros e bosques energéticos. Do ponto de vista da transmissão e distribuição, será mantido o foco em expandir a rede de energia elétrica, tanto para atender os empreendimentos implantados quanto para atrair novos projetos privados nas áreas de mineração, agroindústrias, parques eólicos e os perímetros de irrigação na Bahia.

Outro elemento importante da infraestrutura para promover o desenvolvimento é o de telecomunicações. Nesse aspecto, a infraestrutura de telecomunicações e de banda larga disponível no estado não é suficiente para cobrir com eficiência todo o território e também carece de investimentos que modernizem e qualifiquem a atual estrutura, sobretudo com a forte demanda que vem sendo gerada pelo comércio, serviços, a urbanização no interior, as novas universidades e a moderna agricultura empresarial.

Já a infraestrutura hídrica é fundamental para a universalização do acesso à água para consumo humano, dessedentação animal e ampliação de áreas irrigadas para a produção de alimentos, gerando emprego e renda e melhoria da qualidade de vida. Embora vários avanços sejam registrados, faz-se necessário a ampliação da infraestrutura de esgotamento sanitário e ligações de água encanada em muitas regiões do estado, que também carecem da construção de cisternas, açudes e adutoras, importantes para retenção e abastecimento de pequenas cidades no meio rural.

Em que pese o fato de ainda serem registrados alguns pontos críticos na infraestrutura estadual, como os apresentados acima, há claros indícios de expansão e melhoria dessa infraestrutura. A melhoria na logística de transporte, por exemplo, já vem ocorrendo com os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II) e do Programa Estadual de Logística de Transporte (PELT II), que irão gerar maior integração do sistema rodoviário com o hidroviário. Ocorrerá também, no setor energético, o aumento da produção e distribuição de energia elétrica no estado graças à conclusão de projetos de linhas de transmissão realizados pela CHESF, que resolverão principalmente o problema de escoamento da energia gerada pelos parques eólicos. Esse investimento melhorará, por sua vez, a distribuição de energia elétrica pela COELBA, que passará a poder atender à demanda ainda existente nos domicílios das áreas rurais e urbanas por meio da expansão da rede de subtransmissão (baixa tensão) em regiões do interior da Bahia. Porém, reveste-se de grande importância que a implantação da rede básica planejada pela Empresa de Planejamento Energético (EPE), do governo federal, a ser implantada pela CHESF, se concretize nos próximos anos.

Outro fato que traz boas perspectivas para a Bahia, nos próximos anos, é a mudança já anunciada pelo Governo Federal no Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), que dará origem a um novo programa intitulado *Banda Larga para Todos*, que tem como principal objetivo a construção de uma grande rede de infraestrutura de telecomunicações, gerando uma tendência de ampliação e melhoria dos produtos e serviços com a expansão da tecnologia digital e da fibra ótica na Bahia. Com isso, espera-se que o estado se beneficie com a ampliação do tamanho da rede implantada e da capacidade de tráfego de dados.

A concretização dos investimentos em expansão da infraestrutura, seja da logística de transporte, seja energética ou de telecomunicações no estado, acelerará o processo de integração modal e regional, proporcionando ganhos logísticos para o transporte de cargas e maior competitividade dos produtos baianos, e um início do fortalecimento das vantagens aglomerativas e a capacidade de atração de investimentos com a realização desses investimentos.

Em síntese, os grandes desafios identificados nesta temática envolvem o desenvolvimento de uma base de infraestrutura com destaque para a ampliação, fortalecimento e integração dos sistemas de logística, saneamento, energia, comunicação e de recursos hídricos, de forma a dinamizar regiões com

potencial de crescimento, fomentar o surgimento de uma rede de cidades de pequeno e médio portes e reverter a alta concentração industrial na Região Metropolitana de Salvador e no Recôncavo.

Com vistas ao enfrentamento destes desafios, o Governo do Estado da Bahia assumiu uma série de compromissos com a sociedade por meio do Plano Plurianual Participativo 2016-2019. Entre estes, podemos destacar, para a infraestrutura de transportes: *i) promover a mobilidade urbana e interurbana, contemplando o transporte sobre trilhos, a infraestrutura e os equipamentos necessários visando a implantação do sistema estrutural de transporte público; ii) diversificar a matriz de transportes do estado aumentando a integração entre os modais; iii) realizar ações integradas de segurança viária para reduzir acidentes de trânsito; iv) fortalecer a regulação e fiscalização dos serviços públicos delegados a terceiros na área de transporte, garantindo a qualidade, a eficiência e a modalidade tarifária.*

Os compromissos em destaque para o setor energético, são: *i) promover a diversificação da matriz energética estadual, com ênfase nas fontes renováveis, visando o desenvolvimento; ii) promover a utilização racional e eficiente de energia elétrica nos setores público e privado; iii) articular junto aos agentes do setor elétrico as expansões e reforços dos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica para assegurar a oferta e permitir a conexão com novas usinas geradoras, com ênfase para fontes renováveis; iv) acompanhar a política energética por meio dos principais indicadores da situação de evolução do sistema energético; v) expandir o mercado de gás natural com ênfase na interiorização, massificação e diversificação dos segmentos industrial, automotivo, comercial e residencial.*

IX. Inserção Competitiva e Integração Cooperativa e Econômica Nacional e Internacional

A configuração atual da economia mundial revela um ambiente cada vez mais integrado, com grande interação entre todos os países, resultando em uma absoluta necessidade de serem desenvolvidas estratégias para o melhor aproveitamento dos recursos locais e para construção de uma maior competitividade no setor produtivo e de prestação de serviços e dos mecanismos de cooperação e articulação, como forma de viabilizar uma inserção mais dinâmica da economia baiana tanto em nichos de oportunidades mais estratégicos quanto em fluxos de comércio e de investimentos nacionais e internacionais.

Nesse sentido, desenvolver uma capacidade de inserir a Bahia de forma mais dinâmica nesses fluxos é de fundamental importância para aproveitar as oportunidades que se descontinam com as perspectivas de retomada das taxas de crescimento da economia global, principalmente para os países em desenvolvimento, que deverão registrar um ligeiro aumento no crescimento em 2015, impulsionado, em parte, por baixos preços de petróleo, uma economia norte-americana mais forte, baixas taxas de juro globais, bem como pela diminuição de obstáculos internos em vários mercados emergentes, como afirma o relatório emitido pelo Banco Mundial.

Após registrar um crescimento estimado em 2,6% em 2014, o Banco projeta uma expansão da economia global de até 3% em 2015, 3,3% em 2016 e 3,2% em 2017. Os países em desenvolvimen-

to cresceram 4,4% em 2014 e prevê-se crescimento até 4,8% em 2015, para 5,3 e 5,4% em 2016 e 2017, respectivamente. Porém, os riscos de freio nesse processo continuam por conta de quatro fatores: i) Comércio global persistentemente fraco; ii) Possibilidade de volatilidade do mercado financeiro, dado que as taxas de juro nas grandes economias aumentam em períodos variáveis; iii) Os baixos preços do petróleo exercem pressão sobre os balanços dos países produtores de petróleo e, finalmente, iv) Risco de um período prolongado de estagnação ou deflação na Zona do Euro ou no Japão.

Essa retomada, apesar de discreta, potencializará a demanda por bens de consumo duráveis e *commodities* agrícolas e minerais, gerando impactos positivos nos fluxos globais de comércio. Além disso, a intensificação do comércio de bens poderá passar a compor em torno de 1/4 do PIB mundial, com um maior número de pessoas consumindo bens de consumo durável e alimentos. Isso implica numa mudança estrutural em favor dos países que tenham maior potencial de produção industrial e agrícola em termos de terra, recursos minerais, clima favorável e disponibilidade de água, podendo se constituir em oportunidade para países como o Brasil e estados com grandes vantagens naturais e sistêmicas como a Bahia.

Essa retomada do crescimento, puxada sobretudo pelos países emergentes (China, Índia e Rússia), somado ao aumento da renda nesses países e no Brasil, também abrem oportunidades para a Bahia nos campos da agropecuária, biocombustíveis, indústria naval e minérios. Atividades como o turismo também serão favorecidas, à medida que haverá maior procura por novos destinos, e a Bahia deverá atrair parte dessa nova demanda devido às suas belezas naturais, interesse histórico e cultural e festas famosas em todo o mundo, a exemplo do carnaval, festas juninas e festejos religiosos. Prevê-se, porém, uma manutenção da tendência de depressão nos preços das *commodities* – definidos no mercado mundial.

Para a Bahia, a expectativa é de ampliação do comércio externo, inclusive no que se refere a fluxos de importação. Consolidando o papel de alguns países e blocos comerciais como principais demandantes de produtos baianos, notadamente a União Europeia e países americanos, com forte peso dos EUA.

Para os países do continente americano, as exportações são basicamente *commodities*, como os derivados do cacau, petróleo e derivados, produtos químicos orgânicos, polietileno, celulose e papel, sisal, ouro, cobre e automóveis. Já no caso da União Europeia, são exportados produtos como a soja em grãos e torta de soja, derivados do cacau, petroquímicos básicos, madeira e celulose, além de papel. Apesar do crescimento da corrente de comércio com alguns países asiáticos (China, Japão, Coreia do Norte e Coreia do Sul), a relação baiana com países da América do Norte, Mercosul e União Europeia mostra-se favorável, pois tem sido superavitária ao longo dos últimos anos.

Mesmo com menor participação na pauta de produtos exportáveis da Bahia, o setor agrícola tende a se expandir nos próximos anos, devido ao crescimento mundial da demanda por alimentos. As boas perspectivas são para a soja, algodão, café, cacau, fumo e frutas. Outros produtos que não aparecem entre os principais na pauta de exportação merecem ser alvo de políticas públicas, devido ao seu elevado potencial de geração de empregos e demanda de serviços.

Nesse sentido, os segmentos de calçados, móveis, borracha e materiais elétricos deverão ser fomentados.

Todavia, um fator que pode prejudicar uma inserção mais dinâmica e competitiva da sociedade baiana na economia global são as deficiências na infraestrutura de logística de transportes, que possui elevada concentração no modal rodoviário e pequena integração com outros modais, o que eleva os custos e torna os produtos menos competitivos. A essa situação, soma-se a insuficiente capacidade de atendimento dos portos locais frente a uma demanda crescente, o que tem levado a Bahia a perder fluxos de cargas que acabam saindo por portos localizados em outros estados.

No entanto, as perspectivas para a integração do comércio interno da Bahia são favoráveis, pois percebe-se uma maior descentralização espacial das atividades produtivas, a elevação do nível de renda e crédito, que atinge atualmente um patamar de 56,8% do PIB, além dos investimentos públicos e privados destinados ao interior do estado.

Como visto, para viabilizar uma maior inserção da economia baiana nos mercados regional, nacional e global, é fundamental superar alguns desafios para aproveitar o potencial de geração de riquezas do estado, a exemplo da melhoria da articulação física dos principais eixos de desenvolvimento do estado, melhorar capacitação técnica e o acesso a tecnologias de forma a qualificar e variar a pauta de produtos exportáveis e um maior acesso às linhas de crédito existentes nos organismos oficiais. Com isso, poder-se-ia gerar maior agregação de valor aos produtos locais e um maior desempenho exportador das empresas e arranjos produtivos do estado.

Outros desafios que precisam ser alvo de ações específicas, estes de caráter mais institucionais e de gestão, são a criação de canais institucionais que fortaleçam as relações comerciais multilaterais e de mercado interno, promovendo a celebração de acordos, a cooperação e maior participação em feiras e eventos de negócios.

Deve-se, também, ampliar a realização de missões internacionais que viabilizem maior intercâmbio econômico; estabelecer e fortalecer relações comerciais através de feiras de negócios internacionais e visitas técnicas; apoiar a expansão e qualificação do setor produtivo e de prestação de serviços para atender o mercado de exportação. Ampliar a difusão de inovações tecnológicas e o aprimoramento das capacitações locais, inclusive o aprendizado comercial, de modo a fortalecer a competitividade e a inserção dos produtos locais nos fluxos internacionais de comércio. Nesse sentido, prioridade deve ser dada às micro e pequenas empresas, organizadas ou não em arranjos socioprodutivos, pois isto terá forte rebatimento nas exportações baianas.

Para garantir uma inserção mais dinâmica e competitiva da Bahia no ambiente global, o Governo do Estado da Bahia irá fortalecer as ações de relações internacionais como suporte ao desenvolvimento estadual em consonância com a política externa brasileira como forma de divulgar as potencialidades do Estado para atração de empreendimentos em cadeias produtivas estratégicas. Irá também viabilizar, junto a organismos nacionais e internacionais, financiamentos reembolsáveis e não reembolsáveis para áreas e setores estratégicos ao desenvolvimento econômico e social do Estado.

Para o setor produtivo irá promover maior competitividade e agregação de valor aos produtos das principais cadeias produtivas do agronegócio baiano, com vistas a ampliar sua inserção nos mercados nacional e internacional também fortalecendo o sistema estadual de inovação para o aumento da competitividade e o desenvolvimento da economia, de forma a promover a redução de perdas e aumento de competitividade por meio do fortalecimento da tecnologia industrial básica (TIB).

Do ponto de vista da infraestrutura serão apoiados projetos na área de CT&I para a consolidação e diversificação das cadeias produtivas estratégicas, a diversificação da Matriz de Transportes do estado para aumentar a integração entre os modais e a ampliação do acesso à banda larga para o desenvolvimento do setor produtivo.

X. Meio Ambiente, Segurança Hídrica, Economia Verde e Sustentabilidade

A conciliação do crescimento econômico com a sustentabilidade ambiental é uma preocupação, cada vez mais presente, no planejamento e no âmbito decisório dos governos, que devem levar em consideração o potencial da perda de biodiversidade quando da implementação de políticas e ações tanto públicas quanto privadas, de forma a evitá-la ou mitigá-la.

A Bahia é um estado favorecido com uma ampla diversidade natural, com ambientes distintos e peculiares, a exemplo da biodiversidade do litoral (mangues e restingas), da mata atlântica, da caatinga e do cerrado. Em que pese essa riqueza natural, verificou-se, porém, ao longo dos anos, uma industrialização que gerou alguns passivos ambientais e a perspectiva de novos investimentos que podem vir a gerar novos.

A complexidade de se promover o desenvolvimento por meio de políticas de investimento e ao mesmo tempo garantir a conservação dos diferentes biomas e seus ecossistemas exige uma gestão que combine a prevenção (planejamento) com ações para melhoria ambiental (implementação e controle). Além disso, deve-se buscar a conjugação da gestão governamental com a participação social e o diálogo intersetorial.

Nesse sentido, desenvolver uma política ambiental que garanta um processo de desenvolvimento sustentável e a preservação da biodiversidade deve conter ações que envolvam as unidades de conservação, os corredores ecológicos, o pagamento por serviços ambientais, a repartição de benefícios de uso da biodiversidade, a conservação do patrimônio genético – das espécies da flora e da fauna – e a educação ambiental.

As questões ambientais existentes na Bahia são muitas e dispersas regionalmente, em decorrência tanto da concentração populacional quanto das atividades econômicas. Isso ocorre, fundamentalmente, em função desses sistemas estarem fortemente vinculados às demandas produtivas globais, como o turismo, a silvicultura, carcinocultura, mineração, produção de *commodities* agrícolas e de agrocombustíveis. Atividades que terminaram por gerar impactos ambientais ao longo dos anos. Aliado a esse fato verifica-se a ausência de diretrizes ambientais – nacionais e estaduais mais rígidas e efetivas.

Existem, por exemplo, zonas do estado que correm o risco de desertificação, áreas produtivas intensamente alteradas que precisam urgentemente de recuperação da sua capacidade produtiva (solos, águas superficiais e subterrâneas). Destacam-se, como áreas prioritárias para serem foco de atenção, as Cabeceiras e Veredas do Oeste, a Microrregião de Irecê e Região Sisaleira, que deverão se constituir em prioridade para a implementação de medidas prioritárias para reabilitação, recuperação e manutenção de suas funções ecológicas.

Essas áreas, além de outras do estado, também enfrentam sérios problemas de segurança hídrica. A crise hídrica, principalmente a vivenciada em 2014 e 2015, aponta para a necessidade de mudança dos padrões de consumo e aprimoramento da gestão dos recursos hídricos. Além das secas, há o problema do desperdício de água já tratada por conta das perdas na distribuição e dos esgotos que não são tratados e impactam na qualidade da água disponível, contribuindo para o cenário de estresse hídrico.

A água é um recurso estratégico para o país, onde mais de 61% é utilizada para a agricultura e pecuária, evidenciando a intrínseca relação entre recursos hídricos e a segurança alimentar e, também, por conta das características de nossa matriz energética, entre recursos hídricos e segurança energética – pois mais de 70% de nossa produção de eletricidade é gerada por hidrelétricas.

A Bahia possui 64% dos seus municípios no semiárido (total de 265), apresentando, portanto, alto nível de risco hídrico, sanitário e de drenagem de águas pluviais, quadro este agravado pela precária condição de pobreza da população das sedes municipais e comunidades rurais. Esse é o contexto do desafio de promover o abastecimento de água em quantidade e com qualidade adequada ao consumo humano e produtivo, com a preservação e conservação dos mananciais e da infraestrutura para garantir o acesso aos serviços de saneamento, tratamento de esgoto e manejo de águas pluviais; resíduos sólidos; educação ambiental, entre outros serviços básicos.

Essa necessidade de valorização e preservação dos recursos naturais pode vir a ser atendida por uma forte tendência dos próximos anos, que é a consolidação da Economia Verde, que visa implementar um novo modo de utilização do território e do patrimônio natural nele contido. Nesse novo modelo, o conhecimento da natureza e a tecnologia que habilita sua apropriação econômica têm um papel central, podendo atribuir uma vantagem competitiva ao Brasil e a Bahia no contexto global, sem excluir outras iniciativas.

A importância da Economia Verde consiste na redução do consumo de energia e de matéria prima por unidade de produto e na redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), sobretudo o dióxido de carbono (CO₂). Porém, essa nova economia, estruturada nos três pilares do desenvolvimento sustentável (crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico), precisa ser suportada por um sistema estadual de inovação (sobretudo para o desenvolvimento de tecnologias limpas ou de baixo carbono) e de inclusão social.

A construção de uma agenda de Economia Verde pressupõe uma ação multissetorial que engloba diversas áreas da política pública em torno dos propósitos do crescimento econômico, da criação de empregos, da melhoria da qualidade ambiental e da diversificação da matriz energética. Ou seja, requer um modelo de gestão transversal, de caráter participativo, que deve estar

fundamentado, por sua vez, em uma base de indicadores socioambientais que contemplem o monitoramento eficaz das ações.

O primeiro contato da Bahia com essa temática se deu por meio do PPA 2012-2015, com base na estruturação de uma Área Temática Economia Verde e um programa específico, o Economia Verde, que visou elaborar e apoiar o desenvolvimento de políticas capazes de promover o surgimento de uma nova economia baiana, assim como promover a construção de um sistema estadual de inovação favorável ao desenvolvimento de tecnologias que minimizem os riscos ambientais, como de baixo carbono e de sistemas de indicadores ambientais e de gestão.

Cabe ressaltar, por fim, que as mudanças que vêm ocorrendo na sociedade, promovidas em função de vários vetores, a exemplo do fortalecimento da democracia e da sociedade civil organizada; da globalização da cultura e de mercados, da revolução tecnológica e dos padrões produtivos globais, da necessidade de se estruturar um sistema estadual de inovação para permitir o desenvolvimento de tecnologias limpas ou de baixo carbono, dentre outros, contribuem para a formação de uma relação com o ambiente cada vez mais complexa, exigindo que o Estado tenha o relevante papel de definir estratégias que levem em conta o mercado e a sociedade, compatibilizando o desenvolvimento nas esferas econômica, social e ambiental.

Para fazer frente a esses desafios, o Governo do Estado vem tomando uma série de medidas, a exemplo da Lei nº 13.223/15, que instituiu a *Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)* e criou o *Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais*.

Outra lei importante é a de nº 12.377/2012 e o Decreto nº 14.024/2012, que a regulamenta. Por ela, a Secretaria do Meio Ambiente (Sema) implementou o Programa Estadual de Gestão Ambiental Compartilhada (GAC), que atende à diretriz do Governo do Estado de apoiar a descentralização da gestão pública do meio ambiente. O principal objetivo dessa medida é apoiar os municípios baianos, individualmente ou através de consórcios territoriais de desenvolvimento sustentável, para adequarem suas estruturas municipais de meio ambiente. Atualmente, 203 municípios de todos os Territórios de Identidade estão aptos ao licenciamento ambiental, e recebem apoio técnico para as ações administrativas deste licenciamento, principalmente através de capacitações.

Outra ação governamental de caráter estratégico para o desenvolvimento sustentável foi a conclusão do Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE - preliminar), importante instrumento de ordenamento e planejamento que, articulado com os Planos de Bacias Hidrográficas (PBHs), os Planos de Manejo das Unidades de Conservação (PMUCs) e o Zoneamento Costeiro (ZC), promoverão o planejamento de políticas públicas mais sustentáveis, uma gestão territorial mais eficiente, o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

Além desses instrumentos legais, o Governo da Bahia estabeleceu, no âmbito do Plano Plurianual Participativo 2016-2019, uma série de compromissos com a sociedade, entre os quais podemos destacar, em termos de preservação da biodiversidade: i) restaurar áreas prioritárias e estratégicas para a biodiversidade e conservação dos recursos hídricos; ii) e ampliar a proteção às áreas prioritárias para conservação e uso da biodiversidade.

Com relação aos recursos hídricos as ações do governo visam fortalecer os sistemas estaduais de meio ambiente e recursos hídricos e ampliar a infraestrutura hídrica de uso múltiplo, garantindo a transição agroecológica para o desenvolvimento rural com a implantação de projetos de saneamento rural, fortalecimento de centrais de saneamento e capacitação para uso e manutenção, como também serão implantadas tecnologias sociais para captar e reservar água fluvial para consumo, produção de alimentos e dessementação animal. Outros exemplos importantes são as ações para promover o aproveitamento de água subterrânea com elevado teor de sal para uso múltiplo e sustentável, recuperando e promovendo a implantação de sistemas de dessalinização ambientalmente sustentável, e as ações desenvolvidas para viabilizar a convivência com a estiagem em situações emergenciais estão programadas a construção e recuperação de pequenas aguadas e a implantação de cisternas para armazenamento de água para consumo humano.

XI. Mulheres, Gênero e Diversidade

A autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida, a busca da igualdade efetiva de gênero, o respeito à diversidade e o combate a todas as formas de discriminação devem nortear as políticas públicas. Para isso, é imprescindível a participação ativa das mulheres em todas as fases dessas políticas, de sua formulação a aplicação. Importante ressaltar que não somente aos organismos de políticas para as mulheres cabe a promoção dessa igualdade, mas também a todos os órgãos dos três níveis federativos, na forma de responsabilidade compartilhada.

Tendo como referência o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, 2013-2015, destaca-se a necessidade do compromisso de diferentes setores e poderes do Estado na implementação de ações integradas, articuladas e que expressem os interesses dos diferentes segmentos sociais, sistematizados e consolidados através da participação social em Conferências, Conselhos e Escuta Social.

É digno de nota que, na Bahia, as mulheres apresentam maior nível de escolaridade em relação aos homens (segundo o IBGE, em 2013, 7,4 anos de estudo entre as mulheres ante 6,5 anos entre os homens), entretanto, continuam ocupando cargos e funções de menor prestígio social e com rendimentos inferiores. Ações voltadas para a ampliação e fortalecimento das oportunidades de negócios, empreendedorismo, economia solidária e agricultura familiar com foco na trabalhadora – como ocorre nos Projetos Margarida e Casas de Farinha Móveis, propiciam sua autonomia social e econômica.

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará, foi adotada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos em 1994 e ratificada pelo Brasil em 1995. É o mais importante acordo internacional sobre a violência contra a mulher. No entanto, segundo dados do DATASUS e IBGE, a Bahia registrou 1.301 feminicídios de 2011 a 2013, uma média de 434 mortes por ano, correspondendo a 5,6 feminicídios por 100 mil mulheres entre 2011 e 2013, e o 11º lugar entre os demais estados brasileiros, posição desconfortável, mas que indica avanços, já que entre 2009 e 2011 a Bahia apresentava a 2ª mais elevada taxa de feminicídios.

Em parceria com o Governo Federal, o Estado da Bahia vem desenvolvendo ações, através do Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres de 2008, para tratar dos

feminicídios e demais violências de gênero. Tem-se nesse âmbito uma articulação operacional com Defensoria Pública, Ministério Público, Tribunal de Justiça, áreas de assistência social, segurança pública e saúde. Em decorrência dessas parcerias, há projetos como a Casa Abrigo, as Unidades Móveis e previsão de instalação da Casa da Mulher Brasileira, equipamentos que atendem mulheres em situação de violência e vulnerabilidade social.

Dada a necessidade de uma abordagem específica que o tema gênero e seus desdobramentos exige, houve, em 2011, a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM. Nesse momento foram implantados também Centros de Referência de Atendimento às Mulheres – CRAM, Núcleos de Atendimento à Mulher, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Núcleos de Defensoria Pública, Varas Especializadas em Violência Doméstica e Familiar e serviços de proteção básica e especial nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.

Em decorrência da criação da SPM, foram intensificadas as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres e ao tráfico de pessoas, com vistas não somente à repressão destes delitos como a prevenção e combate aos mesmos. Advém dessa nova visão de combate ao problema, a criação do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado da Bahia, que tem como objetivo prestar esclarecimentos à população, orientar e acompanhar psicologicamente as vítimas e promover sua reinserção no mercado de trabalho.

Seguindo o definido no Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, são constantes as campanhas de enfrentamento à violência contra a mulher, bem como a realização da Ronda Maria da Penha, iniciada em 2015, no Subúrbio Ferroviário soteropolitano – área com registro de maior número de vítimas da violência doméstica na capital baiana. O supracitado Plano coloca como prioridades a comunicação e cultura para a promoção do respeito à diversidade; a autonomia das mulheres; a interação entre gênero e saúde; o enfrentamento à violência contra as mulheres e a aplicação da Lei Maria da Penha na Bahia; a equidade na educação; e a erradicação do racismo e do sexismno no campo das políticas públicas e das instituições.

XII. Igualdade Racial e Identidades

Mais da metade da população brasileira é afrodescendente e, na Bahia, quase 80% da população é constituída por negros e pardos (IBGE, 2013). As inaceitáveis distâncias que ainda separam negros de brancos, em pleno século XXI, se expressam no microcosmo das relações interpessoais diárias e se refletem nos acessos desiguais a bens e serviços, ao mercado de trabalho, ao ensino superior bem como ao gozo de direitos civis, sociais e econômicos.

Essa realidade se revela em dados oficiais: do ponto de vista da renda e da ocupação, por exemplo, é perceptível a desigualdade racial na Bahia: segundo dados da PNAD (2013), enquanto o rendimento médio das pessoas com 15 anos de idade ou mais foi de R\$ 867,00 para os negros, o rendimento dos não negros atingiu R\$ 1.698,00, perfazendo uma razão de 0,51. Ou seja, o rendimento médio auferido por negros é a metade do rendimento dos não negros. Quando observamos a realidade a partir da ocupação, mantém-se o cenário desigual, a taxa de desocupação dos negros é de 9,1% enquanto a dos não negros é de 6,8%.

A desigualdade também está presente no sistema prisional baiano. Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2014), enquanto a população de brancos penitenciários reduziu de 1.428 em 2012 para 1.340 em 2013, a população de pretos (exclui pardos e outros) aumentou de 2.407 para 3.255 no mesmo período. Já em termos de mortes por agressão, em 2013 foram computadas 320 mortes de brancos contra 758 mortes de pretos.

Ante tal realidade, o PPA Participativo 2016-2019 entende o tema como estratégico e estruturante. Tendo como referência principal o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa no Estado da Bahia, Lei nº 13.182/2014, a necessidade de articulação intragovernamental foi a base para a construção dos programas, projetos e medidas de ação afirmativa, priorizando a inclusão do segmento da população atingido pela desigualdade racial, do racismo e das demais práticas institucionais e sociais históricas, que contribuíram para as profundas desigualdades raciais e as persistentes práticas de discriminação racial na sociedade baiana.

A multiplicidade de identidades culturais, principalmente de povos e comunidades tradicionais, é objeto da Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PEDSPCT, que tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais da Bahia, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia de seus direitos, sendo um guia para os objetivos de governo expostos no PPA.

Com vistas ao cumprimento dessa política, propõe-se para os próximos anos o mapeamento dos Povos e Comunidades Tradicionais, iniciativa relevante, pois fornecerá subsídios à implementação de outras ações não menos importantes, como a certificação das comunidades de Fundo e Fecho de Pasto, o apoio em conflitos fundiários e a realização da Busca Ativa com vistas ao cadastramento no CadÚnico. Decorrente desse mapeamento, também será possível promover o fortalecimento da cultura e identidade de tais povos mediante apoio a manifestações culturais e identitárias, além da produção de conteúdos destinados à educação e à transmissão e difusão cultural.

Nesse âmbito estão previstos importantes esforços no sentido de fazer valer a Lei nº 13.208 que instituiu, em dezembro de 2014, a Política Estadual de Fomento ao Empreendedorismo de Negros e Mulheres, que neste PPA é contemplada com iniciativas que visam desde a capacitação gerencial e apoio técnico e financeiro a empreendedores até a mobilização institucional através do Comitê Estadual de Fomento ao Empreendedorismo de Negros e Mulheres.

De outro modo, o apoio a manifestações culturais e identitárias de povos e comunidades tradicionais, ao contribuir para o fortalecimento cultural e reforço ao sentimento de pertencimento, possibilitará o desenvolvimento de novas atividades econômicas ao incorporar tais comunidades aos roteiros de turismo cultural e sustentável.

Também de importância fundamental será a capacidade de articulação política por parte das secretarias afins ao tema, que terão, por um lado, de responder a numerosas e diversificadas demandas dos grupos envolvidos, e, por outro, criar as condições para o surgimento de instâncias representativas e, dessa forma, institucionalização da defesa de interesses, como o apoio ao Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra, o apoio à Rede de Atenção aos Crimes

de Racismo e Intolerância Religiosa, a realização de Encontro Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais, a articulação de grupo intersetorial de Quilombos, o apoio à formação de Conselhos Municipais de Promoção da Igualdade Racial, prestar cooperação técnica a municípios para promover a Política da Igualdade Racial.

No âmbito da promoção do combate ao racismo e à intolerância religiosa, estão previstas ações de capacitação de mulheres de terreiros e promoção e resguardo de religiões afro-brasileiras, a criação de uma delegacia de combate a crimes de racismo e intolerância religiosa, e, também, a regularidade de funcionamento e atuação de forma itinerante do Centro de Referência Nelson Mandela.

É certo que a desigualdade construída e alicerçada ao longo de séculos não será suprimida no ciclo deste PPA. A desigualdade brasileira tem em suas raízes o racismo e, por isso, enseja ações de efeito não apenas econômico, mas também de caráter cultural, o que não se processa em curto espaço de tempo.

XIII. Geração, Cidadania e Direitos Humanos

O Estado brasileiro tem como princípio a afirmação dos direitos humanos como universais, indivisíveis e interdependentes, e, para sua efetivação, todas as políticas públicas devem considerá-los na perspectiva da construção de uma sociedade baseada na promoção da igualdade de oportunidades e da equidade, no respeito à diversidade e na consolidação de uma cultura democrática e cidadã. Em contraposição, o quadro contemporâneo apresenta uma série de aspectos inquietantes no que se refere às violações de direitos humanos, tanto no campo dos direitos civis e políticos quanto na esfera dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Além do recrudescimento da violência, tem-se observado o agravamento na degradação da biosfera, a generalização dos conflitos, o crescimento da intolerância étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, de território, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, entre outras, mesmo em sociedades consideradas historicamente mais tolerantes, como revelam as barreiras e discriminações a imigrantes, refugiados e asilados em todo o mundo. Há, portanto, um claro descompasso entre os indiscutíveis avanços no plano jurídico-institucional e a realidade concreta da efetivação dos direitos. Faz-se indispensável o fortalecimento da relação Governo e Sociedade Civil Organizada para legitimar o processo de afirmação de conquistas sociais.

Em se tratando do segmento de jovens é necessária uma atenção especial, não só pela vulnerabilidade a que estão expostos – como no agravamento da violência, da qual são mais vítimas que algozes, mas também pelo fato de demandarem atenção específica das áreas de saúde e educação. Para esses deve-se priorizar o acesso à educação e à inserção no mundo do trabalho, ações que refletem diretamente nos cenários futuros.

Cumpre registrar que pessoas com deficiência ou necessidades especiais, mulheres, grupos em desvantagem econômica, dentre outros, lutam para conquistar direitos igualitários na so-

ciedade. As medidas de proteção a esse grupo devem se constituir meta governamental e estar no centro da agenda das políticas públicas, sendo um passo decisivo para o acesso aos serviços prestados pelo Estado, incluindo escola, serviços de saúde, mercado de trabalho, lazer, turismo e acesso à cultura.

No que diz respeito a comunidade LGBTT, é preciso destacar, inicialmente, os dados preocupantes da homofobia. Em 2011, 28 pessoas foram assassinadas no estado, segundo o Grupo Gay da Bahia, vítimas de crime de ódio motivados por sua condição sexual. Entende-se por homofobia – inclui-se também lesbofobia, transfobia, travestifobia e bifobia –, o ódio, a aversão e o desrespeito aos homossexuais. Na Bahia, assim como em outros estados da Federação, essa expressão de preconceito tem gerado frequentes manifestações de violência. Fortalecer as políticas voltadas a esses segmentos vulneráveis coloca-se, portanto, como necessário.

Outra parcela de vulneráveis da sociedade é a composta por egressos e internos do sistema penitenciário brasileiro e baiano. Ações do Estado devem favorecer a ressocialização e integração social. Para tal, é fundamental o incentivo à aplicação de penas alternativas. Há reconhecimento internacional de que as penas substitutivas à prisão constituem um meio muito mais eficaz de tratamento ao problema da criminalidade, à medida que as restrições à liberdade só se justificariam como última instância de garantia da ordem pública. Outras medidas estarão nos campos da educação, saúde, assistência social, profissionalização e mundo do trabalho. Ainda nessa direção, o Estado deve adotar iniciativas com o objetivo de melhorar as condições do sistema prisional.

As ações do Estado devem colaborar para que se elevem os patamares de desenvolvimento humano, qualidade de vida e equidade nas relações sociais, efetivando-se valores como solidariedade, respeito ao próximo, tolerância, sentido coletivo e cooperação.

Nesse contexto, a atenção aos direitos de pessoas com necessidades especiais, crianças, adolescentes, jovens, idosos, mulheres, trabalhadores e comunidade LGBTT tem sido objeto de discussões sistemáticas em Conselhos Estaduais, com a presença de representantes do poder público. As reivindicações foram consideradas na elaboração do Plano Plurianual 2016-2019 como forma de garantir a efetiva transformação da realidade de violências e violações de direitos persistente no Estado da Bahia.

Tendo como referência o Plano Estadual de Direitos Humanos (PEDH), fruto de propostas discutidas entre governo e sociedade civil nas diversas Conferências e Consultas Públicas realizadas desde 2007 pela Secretaria da Justiça, a exemplo da II Conferência Estadual dos Direitos Humanos, II Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, II Conferência Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a I Conferência Estadual dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais, questões como Segurança Pública, Acesso à Justiça e à Verdade; Universalização de Direitos; Educação para os Direitos Humanos; Desenvolvimento Social; e Interação Democrática entre Estado e Sociedade Civil, devem ser diretrizes para as ações voltadas para a promoção e defesa dos direitos humanos, prevendo atuação articulada entre diversos órgãos governamentais.

XIV. Gestão Governamental e Governança Socioeconômica

As tendências do Brasil nos últimos anos apontam para um ambiente de complexidade crescente – influenciado tanto por mudanças nos marcos regulatórios quanto pela velocidade das inovações tecnológicas, garantia dos direitos do cidadão, maior participação da sociedade, o que torna de importância vital que o poder público melhore a qualidade dos bens e serviços disponibilizados ao cidadão. É crescente a exigência pela prestação de serviços cada vez mais profissionalizados e com uma regulação mais eficiente.

Diante desse cenário, foi adotada no PPA a opção estratégica de desenvolver uma gestão pública mais participativa, transversal, intersetorial e transparente para atuar no enfrentamento desses macrodesafios.

Coerente com a estratégia de desenvolvimento participativo, a metodologia adotada incorporou a participação social para subsidiar o alinhamento das políticas selecionadas. O modelo de planejamento e gestão incorporou o conceito de responsabilização por competência para garantir melhor qualidade dos bens e serviços gerados e para transparência das ações de governo. Também aprofundou o planejamento até o nível das iniciativas de processos ou finalísticos, identificando os atores com sua matriz de relacionamento para articular o processo de implementação das políticas.

O tema gestão governamental e governança está estruturado para dar o suporte necessário aos órgãos da estrutura estadual para que materializem as metas e as iniciativas dos compromissos aportados aos programas temáticos, viabilizando seus indicadores de melhoria da qualidade dos bens e serviços disponibilizados ao cidadão, com a profissionalização do servidor público, a qualidade do gasto público e a gestão por resultados, com transparência, participação social e redução das desigualdades territoriais.

Aperfeiçoar o planejamento com foco na evolução da qualidade técnica, da informação, do patamar tecnológico e de formalização do processo de planejamento, através de compromissos principais: Promover o Ordenamento Territorial, por meio do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE – preliminar); Promover a governança territorial, com o suporte aos espaços de participação e concertação e o acompanhamento da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia. Dotar o Estado de geoinformação oficial de referência e temática, de qualidade e em escala compatíveis com os temas relacionados, visando atender às demandas dos projetos e ações do Governo e sociedade civil; Modernizar a Plataforma Tecnológica a serviço do Planejamento e da Gestão Estratégica, possibilitando uma maior qualidade e disponibilidade das informações para o Governo e Sociedade; Implantar o Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica, com o aprimoramento dos seus processos, a integração das funções do Ciclo de Planejamento e o fortalecimento da dimensão territorial, da participação social e da atuação em rede.

Da ótica da satisfação do cliente estão programadas, dentre outras, políticas focadas em: aprimorar a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão, com ênfase na desburocratização, na simplificação de processos e na imensoalidade do atendimento se constitui em compromisso, adotando a iniciativa de disseminação da tecnologia de atendimento SAC e certificação do serviço prestado, dentre outras: Intensificar o uso da tecnologia de informação e comunicação

(TIC) para facilitar o acesso à informação e qualificar a prestação de serviços públicos; Modernizar institucionalmente os órgãos do Executivo, mediante o aporte de novas tecnologias de gestão; Aprimorar os modelos institucionais da administração pública; Promover a qualificação dos servidores e empregados públicos, objetivando a melhoria dos serviços prestados; Disponibilizar a infraestrutura adequada para o funcionamento de edificações administrativas; Melhorar os serviços públicos, qualificando as obras de construção e reforma dos bens móveis do Estado; Disponibilizar aos cidadãos, com qualidade, de forma ágil e descentralizada, os serviços do Departamento Estadual de Trânsito - Detran, previstos no Código Nacional de Trânsito.

Da ótica da satisfação do servidor estão programadas: Ampliar a assistência à saúde dos beneficiários do Planserv, priorizando a qualificação dos serviços e interiorização do acesso; Fortalecer a gestão de pessoas através da modernização de seus processos e da qualificação do servidor público; e valorizar o servidor garantindo acesso à moradia digna.

A garantia da transparência, participação social, o diálogo social e a articulação federativa através de compromissos específicos: promover a democratização da comunicação na perspectiva da universalização do direito à informação, educação e cultura; Aprimorar o intercâmbio e a articulação com os demais Entes Federativos, o Diálogo Social e a Participação Popular nas Ações Governamentais.

A gestão fiscal está focada em viabilizar o financiamento das políticas públicas programadas nos orçamentos anuais, adotando os compromissos de: 1) Aprimorar a gestão dos recursos financeiros do Estado, para viabilizar a execução das políticas públicas, mantendo o equilíbrio fiscal e contribuindo para o aperfeiçoamento da qualidade do gasto público; 2) Otimizar as receitas tributárias, melhorando a produtividade da fiscalização, fortalecendo a recuperação do crédito tributário e disseminando a política de educação fiscal e 3) Viabilizar junto a organismos nacionais e internacionais financiamentos reembolsáveis e não reembolsáveis, promovendo o desenvolvimento econômico e social do Estado.